



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Interpelação Escrita

Atender ao problema das infiltrações de água nos edifícios

A desactualização da lei faz com que o problema das infiltrações de água se torne difícil de resolver. Alguns residentes têm de recorrer à via judicial, com demora de alguns anos para acompanhamento e resolução dos conflitos, o que, evidentemente, não consegue resolver de imediato o problema das infiltrações de água, antes pelo contrário, afecta a vida dos residentes durante muito tempo.

Perante a referida situação, o Governo afirmou que o Centro de Interserviços para Tratamento de Infiltrações de Água nos edifícios estava a prestar serviços de coordenação e inspecção técnica, bem como apoio na identificação da origem das infiltrações, para que os proprietários efectuassem as respectivas reparações com a maior brevidade possível, e que a Direcção dos Serviços de Assuntos de Justiça ia proceder à revisão do Código de Processo Civil para a simplificação dos procedimentos, com vista a resolver as dificuldades que os agentes de autoridade enfrentam para “acederem às moradias”, acrescentando que ia promover a realização de reuniões da Assembleia Geral de Condomínio com os proprietários das fracções e a criação de órgãos de administração dos edifícios, e que ia elaborar o Regime Jurídico da Administração das Partes Comuns do Condomínio para o aperfeiçoamento da administração dos edifícios, com vista a que as



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

reparações e manutenções periódicas sejam bem aceites pelos cidadãos e, deste modo, ia ponderar no futuro a introdução do regime de vistoria obrigatória.¹

Ora, o referido Centro tem um grande volume de trabalho, no entanto, faltam-lhe recursos humanos suficientes. Para além disso, a legislação não se encontra actualizada, portanto, devido às limitações previstas na lei em vigor, os agentes de autoridade não têm o poder de entrar em espaços privados. E, mesmo que a terceira parte consiga apurar quem deve assumir as respectivas responsabilidades e apresentar provas credíveis, é ainda necessário recorrer ao tribunal para resolver esse litígio, daí que tenham sido encontradas muitas dificuldades no acompanhamento dos casos. Assim, a eficiência de trabalho deste Centro e os respectivos resultados estão aquém das expectativas dos residentes.

Pelo exposto, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. Com vista a resolver as dificuldades que os agentes de autoridade enfrentam ao “acederem às moradias” aquando do tratamento dos casos de infiltração de água, segundo a resposta do Governo, a Direcção dos Serviços de Assuntos de Justiça ia proceder à revisão do Código de Processo Civil para a simplificação dos procedimentos. Qual é o ponto de situação sobre a revisão da lei?
2. Actualmente, mesmo que seja possível apurar quem deve assumir as respectivas responsabilidades, se o responsável não cooperar, o problema também não pode ser resolvido. Mais, existem dificuldades em recuperar

¹ Reposta a uma interpelação escrita,
http://www.al.gov.mo/interpelacao/05/2016/16-0106p_15-1309.pdf
IE-2016-05-20-Wong Kit Cheng (P) BF-MMC



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

as despesas de manutenção, pois é necessário recorrer ao tribunal para resolver os conflitos e obter uma indemnização, processo este que é muito complexo e moroso. Por causa disso, a resolução do problema das infiltrações de água encontra-se num impasse há muito tempo, deixando, assim, as pessoas afectadas muito descontentes. Como é que as autoridades vão proceder à simplificação de procedimentos, para que o problema possa ser resolvido a breve trecho?

3. O Regime Jurídico da Administração das Partes Comuns do Condomínio já foi aprovado na generalidade pela Assembleia Legislativa, por isso, verifica-se que o regime de administração dos edifícios está gradualmente a ser aperfeiçoado. Quando é que as autoridades vão introduzir o regime de vistoria e manutenção periódica, com vista a reforçar a reparação e manutenção periódicas dos edifícios, e a reduzir o problema das infiltrações de água?

20 de Maio de 2016

**A Deputada à Assembleia Legislativa da
Região Administrativa Especial de Macau,**

Wong Kit Cheng